BOLETIM

Nº 2 FEVEREIRO DE 1999

apubh
Associação Profissional dos Docentes da UFMG
Seção Sindical da ANDES - SN

Editorial

Incertezas

O melhor regime jurídico para o funcionamento das universidades públicas brasileiras é aquele que permita o exercício autônomo de uma função pública, e não o exercício descentralizado de uma função estatal, como ocorre hoje. Essa conclusão é praticamente consensual no movimento docente. Autonomia é a palavra-chave para abrir as portas do futuro da universidade pública, gratuita e de qualidade, geradora do conhecimento indispensável para que o país possa se desenvolver economicamente e, enfim, combater suas ruborizantes desigualdades sociais. É este o modelo jurídico-administrativo que mais se adequaria ao pleno desenvolvimento do saber universitário e à sua tão sonhada integração aos anseios da sociedade. Mas, se é chave, a palavra autonomia chega a ser também mágica, até mesmo sedutora. Por isso não podemos ficar desatentos, sob o manto do consenso e da sedução. Se ela seduz, pode também – por que não? - esconder um futuro de incertezas ainda maiores.

Se hoje as instituições federais de ensino superior exercem uma função estatal, cabe evidentemente ao Estado provê-las dos recursos necessários à sua atuação e desenvolvimento. Daí a importância que assume a discussão - acima mesmo da que envolve a configuração jurídica - do regime de financiamento das atuais universidades públicas, que deverá assegurar tanto sua manutenção quanto sua inadiável expansão, além da gratuidade do ensino, prevista na Constituição federal. Todos os sinais emitidos pelo Governo, bem como seus últimos atos, entre os quais a determinação de cortes nas verbas destinadas ao custeio das universidades e dos centros de pesquisa, deixam claro o propósito de mercantilizar as relações entre a universidade e a sociedade.

Cabe ao movimento docente, diante da proposta de autonomia, que o Governo pretende implantar ainda neste ano, resistir a essa tendência e exigir a definição inequívoca das fontes de recursos de financiamento das universidades públicas. Não é difícil imaginar, no quadro sombrio que se desenha, o congelamento das verbas ou até mesmo sua redução, atirando-se sobre as instituições de ensino superior a responsabilidade pela suplementação de recursos, através da geração de receitas próprias. Exatamente quando todas as estatísticas e previsões apontam para um mercado violentamente recessivo.

O Governo tem pressa. Sua proposta de autonomia está para ser apresentada a qualquer momento. A Reitoria da UFMG elaborou três documentos sobre o tema, que se encontram em sua home page. *Eles precisam ser conhecidos e questionados pela comunidade universitária, para que decisões de tamanha importância não sejam resultado apenas do consenso obtido nos limites dos gabinetes.*



Reitoria, Andes-SN e Apubh discutem temas do projeto de autonomia

Reitor mostra estudo sobre a autonomia

As discussões sobre o projeto de autonomia, que o Governo quer implantar nas universidades públicas brasileiras ainda neste ano, voltaram a reunir na mesma mesa, em 10 de fevereiro, a Reitoria da UFMG e os representantes dos professores, Renato de Oliveira, presidente da Andes-SN, e Laura Miccoli, presidente da Apubh, para a discussão de três documentos, elaborados por equipe formada pelo reitor Sá Barreto, vice-reitora Ana Lúcia Gazzola, pró-reitores e assessores. Três assuntos principais foram abordados: orçamento e finanças, organização jurídico-administrativa e carreira do pessoal docente.

O professor Renato de Oliveira elogiou o trabalho, afirmando desconhecer outro documento com grau de elaboração semelhante a partir da experiência específica de uma universidade. Disse que as análises e reflexões da UFMG serão incorporadas ao debate interno da Andes sobre a autonomia universitária, para o fortalecimento da discussão. A presidente da Apubh, Laura Miccoli, destacou a importância da retomada da interlocução entre o movimento docente e a Reitoria, para que sejam conhecidos os anseios e preocupações da categoria. A professora lembrou que a apresentação dos estudos desenvolvidos pela Reitoria era aguardada com ansiedade pelos docentes e representa uma contribuição importante para levar o debate sobre a autonomia a toda a comunidade universitária.

Além dos aspectos jurídicos, organizacionais e de carreira do pessoal docente, uma das preocupações que dominaram o encontro foi a definição de fontes de financiamento para sobrevivência autônoma das universidades públicas. Sá Barreto lembrou que MEC e reitores haviam feito um acordo que previa uma subvinculação no orçamento para a educação, destinando às universidades 75% do montante investido pela União nessa área. Mas ele foi vetado pela equipe econômica do Governo, interrompendo as discussões sobre a autonomia, retomadas agora em um novo – e pior - cenário econômico.

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (Andifes) apresentará proposta de elaboração de uma matriz orientadora da distribuição dos recursos governamentais entre as universidades. A base de cálculo seguiria o mesmo princípio dos repasses constitucionais, como o Fundo de Participação dos Municípios, que distribui verbas da União obedecendo a critérios predefinidos, como o da quantidade de habitantes. No caso das universidades, seriam estabelecidos critérios como a quantidade de alunos, a área física e a avaliação feita pela Capes.

O professor Renato de Oliveira defende, paralelamente ao aumento das dotações orçamentárias, para permitir a adequada manutenção e a expansão das universidades públicas, a instituição da cobrança de contribuições específicas dos diversos setores da economia que se beneficiam diretamente da atividade universitária, além da criação de um sistema de incentivos fiscais, para formar um fundo a ser gerido autonomamente pelas instituições de ensino superior.

(Ver também a página 2).

Autoritarismo ameaça o sistema universitário

O último ano do século começa marcado pelo estouro da crise que já vinha se avolumando há algum tempo. Já nos primeiros dias de janeiro, instala-se a resistência do governo de Minas à política econômica imposta pelo Governo Federal. Logo, outros eventos viriam desvelar a fragilidade da base que sustenta a política de submissão e de exclusão que o governo FHC implanta no país. Cada elemento que formava o arcabouço dessa política cai por terra. A tão propalada estabilidade do real começa a se esvair.

As alterações na política cambial, a desvalorização do Real, a troca de comando no Banco Central, a fuga de capitais externos, o aumento dos juros e a volta do processo inflacionário levam o governo ao desespero e a correr atrás do FMI, que passa a comandar diretamente a política econômica do país. Intensifica-se a sanha do ajuste fiscal.

O caráter nefasto da crise evidencia-se em todas as dimensões da vida nacional

Embora a crise recente tenha-se manifestado de forma abrupta, ela já era, de certa forma, esperada e até anunciada pelos analistas especializados, a exemplo do que ocorreu em outros países que seguiram o mesmo caminho.

O caráter nefasto dessa crise evidencia-se em todas as dimensões da vida brasileira. Quebrando o tripé que era base da economia, resultou na destruição da indústria nacional, dilapidação do patrimônio público, desmantelamento do arcabouço legal - com a submissão e conivência do Legislativo e do Judiciário -, ruptura do pacto federativo - levando Estados e Municípios à falência -, e na exclusão social e cultural da maior parte da população, sobretudo pelo desemprego e pela precarização das relações de trabalho. Resultou ainda na fragilização das organizações representativas da sociedade civil, quebra dos direitos sociais, cerceamento do direito de cidadania e afronta aos mais elementares princípios da democracia.

O que vivemos no ano passado, tanto no âmbito interno da Universidade, quanto no enfrentamento das investidas do governo, que nos ameaçava a cada momento, já revelava as dificuldades e a necessidade de nos prepararmos para a luta.

Ao buscar adaptar o Estado à política econômica, cambial e fiscal, que é obrigado a implementar, o Governo Federal dirige sua sanha destruidora contra instituições e setores sociais imprescindíveis ao processo de desenvolvimento do país, até mesmo na perspectiva de seu projeto, quanto mais na de um projeto social que aponte para o país um futuro de soberania, independência e igualdade.

É assim que ataca a Universidade Pública, já tão debilitada pelo desmantelamento do sistema nacional de educação, e as demais instituições de pesquisa, num total descaso pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia necessárias àquele projeto social.

O recente corte de verbas destinadas ao custeio das Universidades e à Ciência e Tecnologia aponta para uma situação onde se impõe a mercantilização das relações entre a Universidade e a Sociedade que a sustenta, voltada para as exigências do mercado, que internamente leva à competição destrutiva das relações de trabalho intelectual.

O arrocho salarial imposto aos professores resulta na fuga dos quadros mais experientes ou na busca de outras alternativas, nem sempre condizentes com suas atividades. Retira dos professores a liberdade intelectual e cerceia sua capacidade de trabalho criativo, dentro da exigência de resultados quantitativos, na perspectiva puramente produtivista.

Para adaptar a universidade às exigências de sua política, o governo impõe mudanças no seu sistema normativo, acenando com um projeto de autonomia que exige mudanças internas, através da adaptação de seus estatutos, e retira do governo a responsabilidade de financiar o sistema público de educação, obrigando a Universidade a buscar no mercado as fontes de financiamento. No plano interno da Universidade, impõe mudanças no rumo da educação, com a chamada flexibilização curricular e a implantação de cursos de curta duração.

Os ganhos salariais da greve, através da GED, transformaram-se num processo de avaliação por critérios quantitativos e produtivos, penalizando professores e desconsiderando a qualidade do trabalho docente.

Para adaptar a universidade à sua política, o Governo impõe mudanças no sistema normativo

Todas essas investidas, aparentemente isoladas, constituem um conjunto ordenado de medidas impostas de forma autoritária, que vai minando o já debilitado sistema universitário. Os resultados, já visíveis, são a baixa na qualidade do ensino, o distanciamento da universidade da sociedade na qual se insere, a deterioração do espaço de trabalho dos professores, funcionários e estudantes e do seu espaço de vida enquanto cidadãos, comprometidos com os interesses do país e do povo brasileiro.

Diante dessa situação, a indignação surda que caracterizava a maioria da população brasileira tende a se transformar em uma reação aberta, que pode levar a movimentos amplos de protesto, a exemplo do que já aconteceu em outros momentos de crise. Tal reação já vem-se esboçando, embora ainda de forma isolada.

Os professores da UFMG manifestam sua preocupação diante da ameaça de destruição da Universidade e da incerteza quanto ao futuro do Brasil. E reafirmam sua disposição de lutar, juntamente com os demais trabalhadores brasileiros.

Texto distribuído na Assembléia Geral dos Professores da UFMG de 11 de fevereiro, convocada pela Apubh.

ENTREVISTA

'É muito difícil achar alguma coisa correta'

Professora Emérita aposentada há mais de dez anos e uma das mais renomadas docentes em Física de todo o país, com publicações didáticas que já formaram mais de uma geração brasileiros, Beatriz Alvarenga vive um momento muito feliz, após o absoluto sucesso da I UFMG Jovem, realizada no final do mês passado sob sua coordenação (ver a página 4). Mas se a vida acadêmica ainda é capaz de lhe trazer grandes alegrias e realizações, nossa conjuntura política, pelo contrário, a deixa muito decepcionada, principalmente com os rumos tomados pelo novo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Nesta entrevista, ela resume rapidamente suas preocupações com alguns temas dos cenários acadêmico e nacional.

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA – Em princípio sou favorável, mas sua implantação não pode significar a desresponsabilização do Governo, que tem a obrigação, exigida constitucionalmente, de garantir ensino público gratuito para todos. A autonomia deve se restringir à gestão dos recursos, assegurados pela arrecadação da União. FLEXIBILIZAÇÃO – Tem de ser estudada urgentemente, para abrir um pouco mais os tipos de cursos oferecidos, em todas as linhas. As licenciaturas, por exemplo, precisam de currículos mais abertos e ao mesmo tempo mais aprofundados, para atualizar sua estrutura. A Universidade Federal contribui muito pouco para a formação do contingente de professores nos ensinos fundamental e médio. Há um número de desistências muito grande, exatamente por falta de um currículo mais flexível, que contemple os interesses específicos dos estudantes.



FOTO WANDER QUEIROZ/UFMG

PREVIDÊNCIA – É simplesmente uma lástima. Se não mudar radicalmente, perderá o sentido de sua existência. É muito dinheiro arrecadado sem ser devidamente devolvido à população.

GOVERNO FH – Estou totalmente em desacordo com as linhas políticas que ele vem adotando. Entre tantas ações de governo, é muito difícil achar alguma coisa correta. Sou frontalmente contrária à reeleição. Não pode haver continuidade, até porque quem trabalha para valer, em cargo de tamanha responsabilidade, não agüenta outro mandato subseqüente.

SOBERANIA NACIONAL – Não existe, é um assunto tratado de maneira completamente isolada da população, a principal interessada. A mídia não trabalha sobre isso considerando os verdadeiros interesses nacionais.

Planejamento

Em reunião de trabalho no fim de semana dos dias 20 e 21 de fevereiro, a diretoria da Apubh fez uma ampla avaliação do desempenho da entidade na atual gestão e definiu o planejamento de ação para este ano, concentrando as discussões em cinco áreas prioritárias: jurídica, financeira, relações com as unidades da UFMG e com a sociedade, organização interna e comunicação. Em todas elas haverá correção de rumos e redefinição de prioridades. Para a financeira, o professor Marco Aurélio Rodrigues, especialista na matéria, está desenvolvendo estudo e apresentará proposta de orçamento fundamentada no histórico real das receitas e despesas da Apubh, objetivando a melhoria da relação custos/benefícios. Para intensificar o relacionamento com as diversas unidades, será contratado um coordenador das atividades que estão sendo programadas.

Mandado

A Apubh ingressará em juízo com mandado de segurança visando obstar o desconto da taxa de previdência dos aposentados, beneficiando todos os seus associados, sem ônus pessoais. Quem não quiser ou não puder participar da ação coletiva, por já estar movendo ação, deve comunicar à entidade, por escrito, até o dia 15 de fevereiro, para evitar a configuração de litispendência, caracterizada pela sobreposição de ações, que implica o arquivamento de todos os processos.

Fórum

O secretário de Estado da Educação, ex-ministro Murílio Hingel, e a titular da mesma pasta na Prefeitura de Belo Horizonte, professora Maria Ceres Spinola de Castro, participam dos debates de abertura da 1ª Plenária do Fórum Mineiro em Defesa da Escola Pública, que se realizará nos próximos dias 13 e 14, no Sindicato dos Professores. Eles farão uma ampla análise dos problemas e dos projetos em implantação para a melhoria e unversalização do ensino, discorrendo sobre o tema "A Educação em Minas Gerais".

FOTO ÉBER FAIOLI/UFMG



CIÊNCIA AO ALCANCE DA COMUNIDADE

Cerca de 15 mil pessoas, principalmente estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio da Região Metropolitana e de outras cidades próximas a Belo Horizonte, participaram, de 26 a 28 de fevereiro, da I UFMG Jovem, evento coordenado pela professora Beatriz Alvarenga para apresentar à comunidade não-acadêmica o conhecimento produzido pela instituição.

Medida Provisória retarda as conquistas do funcionalismo

Às vésperas do Carnaval, quando boa parte da população já se entregava ao reinado de Momo, o outro rei dava aos distraídos foliões mais uma demonstração de que não está aí para brincadeiras, muito pelo contrário. O Governo editou Medida Provisória em que mais uma vez deixa claro seu desprezo pela independência dos poderes constituídos e aumenta as dificuldades do funcionalismo para transformar suas vitórias judiciais em ganhos concretos.

Pela MP, sempre que uma decisão judicial implicar aumento na folha de pagamentos, o Poder Público estará desobrigado de cumpri-la enquanto houver a possibilidade de impetrar qualquer tipo de recurso, mesmo que o juiz – ou tribunal – tenha determinado a execução imediata da sentença. Os prazos para que os órgãos públicos apresentem recursos ou pedidos de revisão de sentenças definitivas também são ampliados em diversos tipos de disputa judicial.

A MP determina ainda que nas ações públicas propostas pelos sindicatos sejam apresentadas a ata da assembléia em que foi aprovado o ajuizamento da ação e a relação completa dos nomes e endereços dos interessados. E altera normas da legislação sobre o processo para limitar o poder das entidades sindicais.

IMPRESSO

DIRETORIA DA APUBH - GESTÃO 97/99

PRESIDENTE
Laura Stella Miccoli

1º VICE-PRESIDENTE
Otávia Fernandes de Souza Rodrigues
2ºVICE-PRESIDENTE
Beatriz Alencar D'Araújo Couto

1º SECRETÁRIA
Tânia Lúcia Hirochi
2º SECRETÁRIA
Vera Lúcia Fernandes

1º TESOUREIRO
José Antônio Armanelli
2º TESOUREIRA
Rosângela Carrusca Alvim

1º SUPLENTE
Débora Torres Mendes de Oliveira
2º SUPLENTE
Túlio Jorge dos Santos

EXPEDIENTE

DIAGRAMAÇÃO
Mary Oliveira de Assis
JORNALISTA RESPONSÁVEL
Ronaldo Solha - RMT 2216/MG

TIRAGEM: 3.500 exemplares

APUBH - Rua Artur Itabirano, 70
São José/Pampulha - CEP 31275-020
Belo Horizonte - MG
Tel: (031) 441-7211 - Fax: (031) 441-1303
e-mail: correio@apubh-ufmg.org.br
home page: http://apubh-ufmg.org.br

Os textos deste "Boletim" podem ser reproduzidos livremente, desde que citada a fonte.